



SENADO FEDERAL

OFÍCIO

Nº S / 30, DE 2007

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 512

Brasília, 14 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto no inciso I do artigo 130-A, da Constituição Federal e no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos membros do Ministério Público da União, escolhidos pelos respectivos ramos (MPF, MPT, MPM e MPDFT), para a composição do Conselho Nacional do Ministério Públicos. Os indicados são, respectivamente:

a) Pelo Ministério Público Federal: Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Procurador Regional da República;

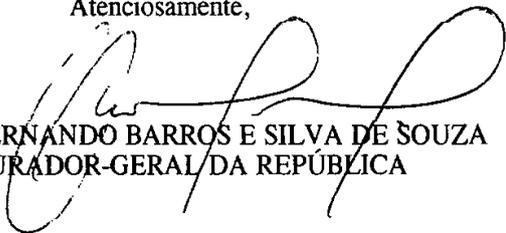
b) Pelo Ministério Público do Trabalho: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Subprocuradora-Geral da Trabalho;

c) Pelo Ministério Público Militar: Osmar Machado Fernandes, Procurador da Justiça Militar;

d) Pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: Diaulas Costa Ribeiro, Promotor de Justiça.

Outrossim, encaminho a Vossa Excelência os *Curricula Vitae* dos indicados juntamente com os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Atenciosamente,


ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

CURRÍCULO – RESUMO

NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO

DADOS PESSOAIS: natural de São Luís - MA, nascido em 25.08.1963; estado civil – casado; residente na SQSW 300, Bloco L, apto. 302, Brasília – DF

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação – Bacharel em Direito – UFMA – curso concluído em 1985
- Pós-Graduação: Especialização em Semiologia Política, com ênfase em Direito – Universidade Federal do Maranhão – 1989
- Pós-Graduação: Mestrado em Direito – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco – concluído em 2002

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- Aprovação em concursos públicos:

- Procurador do Estado do Maranhão - 1986
- Professor da Universidade Federal do Maranhão - 1987
- Juiz do Trabalho Substituto - 16ª Região - 1990
- Procurador da República – Ministério Público Federal - 1990

- Cargos e funções exercidas:

- Advogado com militância na Justiça Estadual, na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal, no Estado do Maranhão
- Procurador do Estado do Maranhão
- Subchefe do Gabinete Civil do Governo do Estado do Maranhão – Área de Consultoria Jurídica
- Juiz do Trabalho Substituto/16ª Região
- Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão
- Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB
- Procurador da República no Estado do Maranhão
- Procurador Regional da República - 3ª Região (SP)
- Procurador Regional da República - 1ª Região (DF)

- Atividades Institucionais no Ministério Público Federal:

- Procurador da República no Estado do Maranhão, com atuação na área criminal e na tutela de interesses difusos e coletivos



- Procurador Regional Eleitoral Substituto
- Coordenador de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos da Procuradoria da República no Estado do Maranhão
- Procurador Regional Eleitoral no Estado do Maranhão
- Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão
- Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão
- Procurador Regional dos Direitos do Cidadão/MA
- Representante da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no Estado do Maranhão
- Membro do Grupo de Estudos de Combate ao Crime Organizado da Escola Superior do Ministério Público da União
- Procurador Regional da República/3ª Região (SP)
- Procurador Regional da República/1ª Região (DF)
- Membro do Grupo de Trabalho criado pela Portaria Conjunta nº 2527, de 21.12.2006, do Procurador-Geral da República e do Ministro da Justiça, com a atribuição de formular e aprofundar propostas de procedimentos, diretrizes e prioridades no campo da detecção e repressão à macrocriminalidade

ATIVIDADES ASSOCIATIVAS:

- Diretor Cultural da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR
- Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR

PUBLICAÇÕES

Livros:

- “Crimes e Infrações Administrativas Ambientais – Comentários à Lei nº 9.605/98” – Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Ney Bello Filho e Flávio Dino de Castro e Costa. Editora Brasília Jurídica – 1ª edição em 2000; 2ª edição, 2001
- “Dez anos da Lei de Improbidade Administrativa” – Co-organizador. Editora Del Rey. Junho de 2002 – artigo publicado: “Aspectos materiais e processuais da improbidade administrativa”
- “Proteção Jurídica do Meio Ambiente”. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2003
- “Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda nº 45/2004” – Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Flávio Dino de Castro e Costa, Hugo Cavalcanti Melo Filho e Leonardo A. de Andrade Barbosa. Editora Ímpetus, 2005

Artigos: possui inúmeros artigos publicados em periódicos e revistas especializadas

Handwritten signatures in Arabic script, likely belonging to the author or related individuals.

CURRÍCULO

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

DADOS PESSOAIS: natural de São Luís - MA, nascido em 25.08.1963; estado civil – casado; residente em Brasília – DF, na SQSW 300, Bloco L, apto. 302; endereço eletrônico – ndino@uol.com.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação – Bacharel em Direito – UFMA – curso concluído em 1985.
- Pós-Graduação: Especialização em Semiologia Política, com ênfase em Direito – Universidade Federal do Maranhão – 1989.
- Pós-Graduação: Mestrado em Direito – Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco – concluído em 2002.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Aprovação em concursos públicos:

- **1986** - Procurador do Estado do Maranhão
- **1987** - Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão
- **1990** - Juiz do Trabalho Substituto - 16ª Região
- **1990** - Procurador da República

Cargos públicos exercidos:

- Procurador do Estado do Maranhão - de 08.01.1987 a 08.05.1990
- Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão - 1987 a 2005
- Subchefe do Gabinete Civil do Governo do Estado do Maranhão, exercendo a função de Consultoria Jurídica, no período de agosto/1988 a 08.05.1990
- Juiz do Trabalho Substituto/16ª Região, com exercício na 1ª Junta de Conciliação de São Luís - de 15.05.1990 a fevereiro/1991
- Procurador da República no Estado do Maranhão / MPF - 1991 a abril de 2003 -
- Procurador Regional da República – 3ª Região (SP) - 2003



- Procurador Regional da República da 1ª Região (DF) - de dezembro de 2003 até a presente data

Atividades Institucionais no Ministério Público Federal:

- Procurador da República no Estado do Maranhão
- Procurador Regional Eleitoral Substituto -1991
- Coordenador de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos da Procuradoria da República no Estado do Maranhão - 1992
- Procurador Regional Eleitoral no Estado do Maranhão - 1992/1993
- Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão - 15.03.1994 a 25.03.2002
- Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão
- Procurador Regional dos Direitos do Cidadão
- Representante da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no Estado do Maranhão
- Membro do Grupo de Estudos de Combate ao Crime Organizado da Escola Superior do Ministério Público da União
- Procurador Regional Eleitoral/MA - 2002
- Procurador Regional da República da 3ª Região (SP) - 2003
- Procurador Regional da República da 1ª Região (DF) – a partir de dezembro de 2003
- Membro do Grupo de Trabalho criado pela Portaria Conjunta nº 2527, de 21.12.2006, do Ministro da Justiça e do Procurador-Geral da República, com a atribuição de formular e aprofundar propostas de procedimentos, diretrizes e prioridades no campo da detecção e repressão à macrocriminalidade

Outras atividades profissionais:

- Professor de Língua Portuguesa - 1981
- Advogado com militância na Justiça Estadual, na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal no Estado do Maranhão

Atividades Docentes:

- Universidade Federal do Maranhão – UFMA

- Professor do Departamento de Direito - disciplinas Direito Processual Civil, Direito Eleitoral e Direito Ambiental – 1987 a 2002



- Universidade de Brasília - UnB

- Professor da Faculdade de Direito (graduação) - Direito Ambiental e Direito Administrativo -
- Professor da disciplina "Crimes eleitorais", no Curso de Especialização em Direito Constitucional Eleitoral
- Professor da disciplina "Tutela penal do meio ambiente" no Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental, do Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB

Orientação de monografias de conclusão de Curso da Faculdade de Direito da UnB

- Aluno: Wagner Martins de Moraes
Tema: "Responsabilidade Jurídica em Sanções Pecuniárias do Tribunal de Contas da União".
- Aluno: Murilo de Oliveira Abdo.
Tema: "Princípio da Insignificância em Direito Penal Ambiental".
- Aluna: Maíra Almeida Dias
Tema: "O tombamento como instrumento de efetivação do Direito ao meio ambiente cultural: sobre a necessidade de garantia da participação popular"

Orientação de Monografias de conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental, coordenado pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS, da UnB

- Aluna: Jaqueline de Kassia Ribeiro de Paiva
Tema: "Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental"
- Aluna: Lívia Nascimento Tinoco
Tema: "Ação Civil de Reparação do Dano Ambiental e sua Prescrição: Uma Análise Sobre a Égide do Pacto Constitucional Transgeracional"
- Aluna: Maria Lúcia Soares Viana
Tema: "Uma Análise Crítica da Participação da População Impactada e da Atuação do Ministério Público no Processo de Implantação de uma Usina Hidrelétrica"
- Aluno: Luiz Eduardo Marrocos
Tema: "Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas de Direito Público por Condutas Lesivas ao Meio Ambiente"



- Aluno: Alexander da Silva Moraes

Tema: "Termo de Ajustamento de Conduta como meio alternativo de solução de conflitos ambientais: aspectos penais"

- Aluna: Francine Soares da Cunha

Tema: "A titularidade do patrimônio genético no ordenamento jurídico pátrio e a natureza jurídica da repartição de benefícios devida à União"

- Orientação de monografia de conclusão do Curso de Especialização em Direito Constitucional Eleitoral, realizado na Faculdade de Direito da UNB, no período de 22/10/2004 a 15/07/2006:

- Aluna: Joelci Araújo Diniz

Tema: "Crimes Eleitorais praticados por políticos: uma análise da corrupção eleitoral e da atual crise política brasileira"

Outros cursos ministrados

- Curso de Iniciação Funcional para novos Magistrados – ESMAM - Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – **Professor**. São Luís, junho/1993
- Curso de Direito Processual Civil - Plano de Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Federal (Técnicos e Auxiliares Judiciários) - ano 1993 – Seção Judiciária do Maranhão. **Professor**. Período: 11.10.93 a 18.11.93
- Curso – Processo Eleitoral: eleição e apuração; Centro de Ensino Unificado do Maranhão – CEUMA – setembro de 1996
- Curso de Direito Ambiental Penal "Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente: Impacto no setor produtivo e na Administração Pública" – **Palestrante**. Tema: Poluição e o setor produtivo: perigo e dano ao meio ambiente – São Paulo – SP, 04/12/2001
- Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Executive MDA - Direito Constitucional. Universidade Cândido Mendes, em convênio com o Instituto Magistratus. Teresina – PI. Módulo de Organização Constitucional e Administrativa do Estado Federal Brasileiro – 05 a 07/07/2002
- Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Executive MBA. Direito Processual Civil – Universidade Cândido Mendes, em convênio com o Instituto Magistratus. Teresina – PI. Módulo de Processo Eleitoral – Turmas 01 e 02 – agosto de 2002
- 1º Curso de Direito Ambiental para novos procuradores do IBAMA. Instituto "O Direito por um Planeta Verde". Brasília, DF. 01.07.2003



- Curso de Especialização em Direito Constitucional e Administrativo – Instituto Magistratus/Universidade Cândido Mendes, Teresina-PI, 2002 e 2003 – disciplina ministrada – Direito Constitucional Ambiental
- Curso de Especialização em Perícia Ambiental – UFRJ/ESMPU – outubro/2003 – disciplina – Crimes e infrações administrativas ambientais
- 3º Curso de Direito Ambiental Penal, promovido pelo Instituto “O Direito por um planeta verde” – 01, 02 e 03.12.2003 – São Paulo-SP – Tema: A atividade empresarial, a administração pública e a responsabilidade criminal da pessoa jurídica e do dirigente na lei dos crimes ambientais
- III Curso de Iniciação para Procurador da República, promovido pela ESMPU – Brasília, 16.03.2004 – Tema: O papel da Associação Nacional dos Procuradores da República
- Curso: Responsabilidade da empresa e do Estado pelo dano ambiental – aspectos civis, administrativos e penais – São Paulo-SP – 28.04.2004 – Tema: Responsabilidade penal da empresa e do Estado pelo dano ambiental – Instituto “O Direito por um Planeta Verde”
- Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental, coordenado pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, da Universidade de Brasília – 2004 a 2006. Disciplina ministrada: Crimes Ambientais
- Curso: Especialização em Direito Constitucional Aplicado – UNICEUMA – 23.06.05 a 25.06.05 – Disciplina Ministrada: Direito Constitucional Ambiental
- Curso Intensivo de Direito Ambiental – Rio Branco/AC – 07/04/2006 – Tema: Direito Processual Penal Ambiental

ATIVIDADES ASSOCIATIVAS:

- Diretor Cultural da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR – maio/1999 a maio/2003
- Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR – maio/2003 a maio/2007

ATUAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, SIMPÓSIOS ETC.

- Seminário/ UFMA - Direito da Criança e do Adolescente – **Coordenador** – setembro/1990.
- Seminário sobre Crime de Sonegação Fiscal - Secretaria de Estado da Fazenda/MA – **Debatedor** - fevereiro/1994.



- Plano de Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Federal, Seção Judiciária do Maranhão - ano 1994 - **Palestrante**. Tema: "O Poder Judiciário e sua função social" - os problemas emergentes" - 15.06.94.
- III Seminário de Direito Eleitoral - TRE/MA - **Palestrante**. Tema: Recursos Eleitorais - 14.09.94.
- 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC – apresentação de trabalho em Mesa Coordenada, intitulado "Preservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano" - São Luis, julho/1995.
- I Ciclo de Palestras sobre Previdência Social - INSS - **Palestrante**. Tema: "Apropriação Indébita e Crimes previstos nas Leis da Previdência" - 25.08.95.
- Seminário de Direito Administrativo - Secretaria de Administração do Estado do Maranhão. **Palestrante**. Tema: "O Processo Administrativo e as garantias do contraditório e da ampla defesa" – 28.03.96.
- Seminário promovido pelo INCRA - "Encontro para a discussão da Medida Provisória nº 1.577/97 e avaliação do rito sumário". **Palestrante**. Tema: O Ministério Público Federal e as audiências de conciliação - 08.08.97.
- VIII Congresso Estadual dos Advogados do Maranhão - **Palestrante**. Tema: "Instrumentos viabilizadores da efetividade do processo" - 24.09.97.
- I Encontro de Direito - O Estado democrático de direito e a defesa da Constituição - CEUMA - Centro de Ensino Unificado do Maranhão - Tema do Painel: "Aceitabilidade judicial da convalidação das medidas provisórias" - **Debatedor** - 22.10.97.
- V Encontro Nacional dos Procuradores Regionais Eleitorais - Painel. Tema: Registro de Candidaturas. **Debatedor**. 12.11.97.
- VII Seminário Nacional de Direito Agrário – Natal - RN – Tema: A medida provisória nº 1.577/97 e a justa indenização – **Palestrante** - 14.11.97.
- Seminário de Direito Ambiental Mercosul – União Européia e 1º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental da Magistratura e do Ministério Público – **Palestrante** – Tema: "Ação Civil Pública Ambiental" – São Luís, dezembro/1997.
- 3º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental – São Paulo - SP - Tema: Competência criminal em matéria ambiental – **Expositor** – 03.06.98.
- I Seminário de Direito do Trabalho e Processo Civil e do Trabalho do Estado do Maranhão – São Luís – MA – Tema: Tutela Antecipatória – **Debatedor** – 19.06.98.
- Curso de Atualização em Direito Eleitoral – Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão – **Palestrante** – Tema: Crimes Eleitorais e Recursos Eleitorais – 28.09.98.
- 1º Fórum Goiano de Direito Ambiental e 2º Seminário Cidadania e Direito Ambiental – Goiânia – GO – **Conferencista** – Tema: Tipos Penais – Crimes contra a fauna e contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural – 21.09.98.



- II Campanha "Idoso Cidadão" – SOLECIT – 17.12.98 – São Luís – **Palestrante** – Tema: Idoso: cidadão de direitos.
- II Campanha "Idoso Cidadão" – SOLECIT – 17.12.98 – São Luís – **Palestrante** – Tema: Idoso: cidadão de direitos.
- Seminário "Centro de Lançamento de Alcântara: Deslocamento Compulsório e Terra de Preto", São Luís /MA, 22.06.99 – Tema: "Deslocamento Compulsório de Trabalhadores Rurais: O caso de Centro de Lançamento de Alcântara". **Expositor.**
- Seminário "A Crise do Estado Brasileiro e o Estado Democrático de Direito" – C.A. Direito – UFMA.- Painel – Direitos Fundamentais: desafio para o Estado contemporâneo, 04.03.99 – **Palestrante.**
- Seminário "A Crise do Estado Brasileiro e o Estado Democrático de Direito" – C.A. Direito – UFMA. - Painel – Direitos Fundamentais: desafio para o Estado contemporâneo, 04.03.99 – **Palestrante.**
- Palestra – Crimes Ambientais – Rio Branco – AC – Promoção: Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre – março/2000.
- I Encontro de Direito Ambiental da Magistratura Federal e do Ministério Público Federal - Cuiabá-MT – **Palestrante** – Tema: Crimes contra o meio ambiente – 27.05.2000.
- Seminário de Direito Eleitoral – São Luís-MA – **Palestrante** – Tema: Recursos Eleitorais – 02.03.2000. Promoção: Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- Fórum Municipal do Meio Ambiente – Agenda 21 – São Luís-MA . **Palestrante** – Tema: Ordenamento Jurídico e o Centro Histórico – 24.05.2000.
- 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental – São Paulo/SP – **Palestrante.** Tema: "Código Florestal e Agronegócios" – 04.06.2000.
- Seminário "Crimes contra a Ordem Tributária" – Delegacia da Receita Federal São Luís – **Palestrante.** Tema: "A formulação da denúncia e o problema da prescrição nos crimes contra a ordem tributária" – 10.10.2000.
- II SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO AMBIENTAL – São Luís/ MA. **Conferencista** – Tema: Sistema Nacional das Unidades de Conservação: Administração Pública e a Tutela da Flora – 17.05.2001.
- Ciclo de Palestras em homenagem ao Dia do Defensor Público – Teresina/ PI – **Palestrante.** Tema: "Improbidade Administrativa – 18.05.2001.
- Semana de Debates Comemorativa dos 33 anos da Justiça Federal/ MA – **Expositor** – Tema: "Imprensa x Judiciário: uma relação conflituosa?" – 21.05.2001.
- Congresso Uniceuma de Direito – São Luís/ MA. **Conferencista** – Tema: Ação de Improbidade Administrativa – 01.06.2001.
- 6º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental - Instituto "O Direito por um Planeta Verde" e Ministério Público do Estado de São Paulo. **Palestrante.** Tema: "Poluição e Responsabilidade Penal" – São Paulo/ SP - 07.06.2001.



- I Simpósio Estadual sobre os Direitos dos Cidadãos Portadores de Deficiência e Idosos – São Luís/ MA. **Conferencista** – 18.06.2001.
- I Jornadas Luso-Brasileiras de Direito do Ambiente – Universidade Lusíada do Porto. **Palestrante**. Tema: Reflexões sobre a proteção jurídica da Floresta Amazônica Brasileira. Porto, 23.11.01.
- Encontro Internacional de Ciências Criminais – Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. **Palestrante**. Tema: Crimes contra o meio ambiente. Natal, 05.04.2002.
- I Encontro do Meio Ambiente da Magistratura e do Ministério Público do Estado do Minas Gerais – **Palestrante**. Tema: Crimes contra a Administração Ambiental. Araxá – MG, abril/ 2002.
- 7º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. Instituto “O Direito por um Planeta Verde” e Ministério Público do Estado de São Paulo. **Palestrante**. Tema: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica de Direito Público. São Paulo, 06.06.2002.
- III Semana Acadêmica de Direito Ambiental. **Palestrante**. 10.09.2002. Tema: “O Direito Ambiental, a Carcinicultura e a preservação dos Manguezais.
- Seminário sobre a Reforma do Judiciário. Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. **Painelista**. Brasília, 25.02.2003.
- 3º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente. **Palestrante**. Gramado-RS, 02.04.2003. Tema: Lesividade Ambiental e o Direito Penal.
- Encontro Regional dos Estudantes de Direito – ERED. “Abertura Democrática e Visão Social: 15 anos de Constituição”. **Palestrante**. Tema: Responsabilidade no Direito Ambiental. Brasília, Maio de 2003.
- Fórum Nacional sobre Legislação Ambiental. **Palestrante**. Porto Seguro-BA, 23.05.2003. Tema: Degradação do Meio Ambiente.
- V Encontro Nacional de Execução Penal. “Tratamento Penal e Criminalidade”. **Painelista**. São Luís, 03.07.2003.
- 3ª Mesa Científica – Núcleo Regional da Escola Superior do Ministério Público da União em São Paulo – 15.10.2003 – **Palestrante** – Tema: Prescrição e impunidade nos crimes de maior potencial ofensivo.
- III Fórum Jurídico ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – 11.11.2003 – Auditório Freitas Nobre, Câmara dos Deputados, Brasília – DF – **Palestrante** - Tema: Reforma da Previdência Social.
- IV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente – 24 a 26.03.2004 - Salvador-BA – **Palestrante** – Tema: A competência nos crimes ambientais.
- III Seminário Internacional de Direito Ambiental, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União e pelo Centre International de Droit

Compare de L'Environnement da Universidade de Limoges – França – 15.04.2004 – Campo Grande-MS – **Palestrante** – Tema: A efetividade da tutela penal ambiental: vicissitudes.

- Congresso Mercosul de Direito Ambiental – 16.04.2004 – Joinville-SC – **Palestrante** – Tema: Tutela penal do meio ambiente.
- I Congresso Acadêmico de Direito Penal - "A ciência, a tecnologia e o crime" – Maceió-AL – 13.05.2004 – **Conferencista** – Tema: Direito Penal em defesa do Meio Ambiente.
- 8º Congresso Internacional de Direito Ambiental 9º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental – São Paulo-SP – 03.06.2004 – **Conferencista** – Mesa Redonda VII, Tema: Desenvolvimento Sustentável e Licenciamento no Brasil: Avaliação, Crítica e Perspectivas.
- V Congresso Nacional dos Assessores de Comunicação da Justiça – Recife-PE – 28.05.2004 - **Conferencista**.
- II Congresso Nacional da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente – Araxá-MG - 01 a 03 de setembro de 2004 – **Conferencista** – Tema: "O desafio das Câmaras, Procuradorias, Varas e Promotorias especializadas".
- III Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado – Salvador-BA - 16 a 18 de setembro de 2004 – **Palestrante** – Tema: A concretização dos Direitos Fundamentais: ainda um desafio para o Século XXI.
- II Seminário de Perícias de Crimes Ambientais – Brasília-DF – 23 a 27 de agosto de 2004 – **Palestrante** – Tema: "Direito Ambiental".
- X Congresso Nacional dos Policiais Federais – CONAPEF – Brasília-DF – 13 a 16 de setembro de 2004 – **Debatedor** – Tema: "Investigação Criminal: a atuação do Ministério Público e da Polícia Judiciária".
- Seminário "Liberdade nos Meios de Comunicação Social"; Centro Universitário da Cidade, Rio de Janeiro, 26.11.2004. - **Debatedor** - Painel - tema: "Direito de crítica e a liberdade de informação".
- Seminário: "As Reformas de 2005 – O Processo Penal Brasileiro", Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça - Brasília-DF, 07 a 09 de junho de 2005 - **Palestrante**.
- IV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado – Salvador-BA – 08 a 10 de setembro de 2005 – **Palestrante** – Tema: "Os Reflexos da Reforma no Ministério Público".
- Seminário: "Porte de Arma – Alterações do Estatuto do Desarmamento e de Legislação Própria" – Câmara dos Deputados - Brasília-DF – 04 de outubro de 2005 – **Palestrante**.
- Seminário: "Constituição e Crise Política" – Belo Horizonte-MG – 24 a 26 de outubro de 2005 – **Palestrante** – Tema: "As dificuldades práticas na aplicação da Lei de Improbidade Administrativa".



- III Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal – Fortaleza-CE – 20 a 23 de setembro de 2005 – **Palestrante** – Tema: “O Poder Investigatório do Ministério Público – Limites Constitucionais”.
- 5º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça – Brasília-DF – 5 e 6 de dezembro de 2005 – **Expositor** – Tema: “O foro privilegiado no Brasil – Vantagens e Desvantagens”.
- IV Seminário Internacional de Direito Ambiental – São Luís-MA – 09 a 11 de novembro de 2005 – **Palestrante** – Tema: “A Evolução Reacionária da Medida Provisória 2.166 de 2001”.
- Seminário Interamericano sobre o Pluralismo Jurídico e Povos Indígenas – Brasília-DF – 30 de novembro a 02 de dezembro de 2005 - **Debatedor** – Tema: “A Justiça Indígena na Bolívia”.
- II Congresso Nacional e I Internacional de Direito Administrativo, Eleitoral e Previdenciário Público – Belo Horizonte - MG – 17 a 19 de maio de 2006 – **Conferencista** – Tema: “A Responsabilidade Administrativa como Pressuposto da Responsabilidade Eleitoral e Previdenciária”.
- 10º Congresso Internacional de Direito Ambiental: Direitos Humanos e Meio Ambiente e 11º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental: Biodiversidade e Direito os Discursos Ecológicos: Reflexos na Biodiversidade – São Paulo-SP – 6 a 9 de junho de 2006 – **Palestrante** – Tema: “APP e o conceito de utilidade pública e interesse social”
- Mesa Científica “Cooperação Internacional: Troca de Experiências e Perspectivas de Atuação para o Ministério Público Federal” – São Paulo-SP – 26 de maio de 2006 – **Presidente de Mesa** – Tema: “Cooperação Internacional: Troca de Experiências e Perspectivas de Atuação para o Ministério Público Federal”.
- Seminário Avançado: Curso de atualização em Direito Sanitário e Centro de Estudos FIOCRUZ Brasília – 22 de agosto de 2006 – Tema: “tutela constitucional e penal do meio ambiente”
- 5º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado – Centro de Convenções Salvador/BA – 31 de agosto a 01 de setembro de 2006 – **Palestrante**.
- Seminário “Cooperação Jurídica Internacional – Instrumentos, temas e perspectivas” – Realizado pela ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União, nos dias 8,9 e 10 de novembro de 2006 – **Palestrante** – Tema: “Papel e atribuições do Ministério Público no Brasil”.
- Audiência Pública no Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – **Debatedor** - Tema “Violência Pública com desdobramentos na ótica dos Direitos Humanos” – fevereiro de 2007

LIVROS PUBLICADOS:

- “Crimes e Infrações Administrativas Ambientais – Comentários à Lei nº 9.605/98” – Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Ney Bello Filho e Flávio Dino



de Castro e Costa. Editora Brasília Jurídica – 1ª edição em 2000; 2ª edição, revista e atualizada em 2001;

- “Dez anos da Lei de Improbidade Administrativa” – Co-organizador. Editora Del Rey. Junho de 2002 – artigo publicado: “Aspectos materiais e processuais da improbidade administrativa”;
- “Proteção Jurídica do Meio Ambiente”. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2003;
- “Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda nº 45/2004” – Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Flávio Dino de Castro e Costa, Hugo Cavalcanti Melo Filho e Leonardo A. de Andrade Barbosa. Editora Impetus – 2005.

ARTIGOS PUBLICADOS:

- “Considerações sobre o Processo Cautelar – Competência na Justiça do Trabalho” – Revista do Tribunal Regional do Trabalho/16ª Região, vol. I;
- “Preclusão consumativa e singularidade recursal: eventuais obstáculos ao recurso adesivo” – Revista do Tribunal Regional do Trabalho/16ª Região, vol.II;
- “O Ministério Público e o conflito de atribuições” - Revista da Procuradoria Geral da República. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol.1, out/nov/dez – 1992;
- “A investigação judicial eleitoral” – Livro de Estudos Jurídicos, IEJ, vol.11; Revista da Procuradoria Geral da República, Ed. RT, vol.07, e Livro de Estudos Jurídicos em homenagem aos Profs. Antenor Bógea, Doroteu Ribeiro e José Maria Ramos Martins;
- “Competência para processar e julgar prefeitos: um sopro renovador na jurisprudência” – Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, vol.8, nº 04, Brasília-DF; Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais nº 61 – dezembro/1997;
- “Aspectos da extinção da punibilidade pelo pagamento da contribuição previdenciária” – Revista da Procuradoria Geral do INSS, Brasília, julho/setembro 1996;
- “A proteção especial de crianças e adolescentes: mais um caminho para sua efetivação no plano previdenciário” – Revista do Curso de Direito da UFMA – edição comemorativa, 1998; Boletim dos Procuradores da República, nº 3, julho/98; Revista Igualdade – Revista Trimestral do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente – Curitiba-PR, jul.-set./1998;
- “Tipicidade Penal em Matéria Ambiental” – Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios- Ano 7 – nº 14 – julho/dezembro 1999;
- “Código Florestal e agronegócio: adversários ou aliados?” - Anais do 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental, de 4 a 7 de junho de 2000 - São Paulo: IMESP, 2000, págs.199-213;
- “Improbidade Administrativa” - Encontro Bahia Minas de Juizes Federais: 1º a 4 de dezembro de 1999, Salvador/BA – Brasília: TRF – 1ª Região, 2001;



- "Improbidade Administrativa" – Livro Estudos em Homenagem a Dionísio Rodrigues Nunes – Seção Judiciária do Maranhão – Ed. Estação Produções Ltda – São Luís, 2001;
- "Crime de Poluição" – Anais do 5º Congresso Internacional de Direito Ambiental – São Paulo: IMESP, 2001;
- "Improbidade Administrativa" – Revista Lusíada de Ciência e Cultura – Série de Direito. Universidade Lusíada do Porto, Portugal, nº 01. Porto, 2000;
- "Aspectos da Interpretação Jurídica: abordagem preliminar sobre um (novo) pensar concretizador do Direito posto" – Revista Lusíada de Ciência e Cultura – Série de Direito. Universidade Lusíada do Porto, Portugal, nº 02/2000. Porto, 2001;
- "Da moralidade administrativa à improbidade administrativa – a (indesejável) rota migratória da má gestão dos negócios públicos". Revista de Direitos Difusos, ano 2, vol. 10, São Paulo: ADCOAS/IBAP, dezembro/2001;
- "Reflexões sobre a proteção jurídica da Floresta Amazônica Brasileira". Actas das I Jornadas Luso-Brasileiras de Direito do Ambiente – Universidade Lusíada e Instituto do Ambiente, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território de Portugal; Lisboa, 2002;
- "O princípio constitucional da justa indenização na desapropriação para fins de reforma agrária". Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, nº 02, 2002;
- "Observações sobre os crimes contra a administração ambiental". In Direito Ambiental na visão da Magistratura e do Ministério Público. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2003, e Revista de Direito Ambiental, nº 29, Ed. Revista dos Tribunais;
- "Aspectos da tutela preventiva do meio ambiente: a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental". Direito Ambiental Contemporâneo, 2004, Editora Manole Ltda., págs. 177-203;
- "Direito e neoliberalismo". In Revista de Informação Legislativa, Brasília – ano 40, nº 160 – outubro/dezembro de 2003, págs. 191-221;
- "O toldo do Itamaraty". Jornal da ANPR, nº 28, outubro de 2004
- "Reflexões sobre a Proteção Jurídica da Floresta Amazônica". Desafios do Direito Ambiental no Século XXI – estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado; abril de 2005, Malheiros Editores Ltda., págs. 658-697;
- "Foro privilegiado: a novela e o novo" – Jornal *Folha de São Paulo* - Tendências/ Debates, edição de 14 de outubro de 2005.
- "O controle externo do controle externo" – Jornal *Correio Braziliense* - Opinião, edição de 06 de julho de 2005.
- "Algumas reflexões sobre o combate ao trabalho escravo" – Jornal da ANPR, nº 33 – dezembro de 2005 – págs. 3 e 4;
- "Será o fim da improbidade?" – Jornal da ANPR, nº 34 – fevereiro de 2006 – pág. 3;



- "Revisão Constitucional é morte Severina" – Jornal da ANPR, nº 35 – maio de 2006;
- "(In)Segurança e Crime Organizado" – Jornal da ANPR, nº 36 – julho de 2006 – pág. 3; *In Consulex – Informativo Jurídico* – Ano XX, nº 34, agosto/2006
- "Acima do bem e do mal", Revista ANPR *On line*, número 1 - março/junho 2006.
- "O desafio de vencer a corrupção", Revista ANPR *On line*, número 2 - julho/outubro 2006 e Jornal do Comércio de Pernambuco
- "Os desafios da Democracia", Jornal da ANPR, nº 37 – setembro de 2006 – pág. 3;
- "Proteção do patrimônio cultural e omissão do Estado", Jornal C&D – Constituição & Democracia, Faculdade de Direito/UNB – Nº. 08 outubro de 2006.
- "Corrupção ameaça democracia e crescimento econômico", Revista Consultor Jurídico - 30 de outubro de 2006
- "Tutela do meio ambiente - aspectos processuais penais", *in* "25 anos da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente" - Editora Del Rey e ANPR, 2006
- "Entre mitos e realidade" – Jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 15.01.2007, Caderno A2
- "Prescrição retroativa: característica brasileira" – Jornal *Valor Econômico*, 06.03.2007;
- "Prescrição retroativa e impunidade" – Revista ANPR *On line* - número 4 – março/junho 2007 - ISSN 1980-119X
- "Ponto de chegada e de partida" – ANPR Notícias, nº 40, maio de 2007

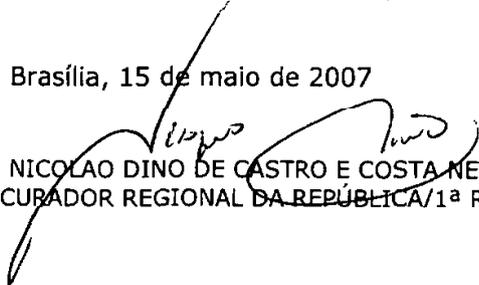
PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES EXAMINADORAS DE CONCURSOS PÚBLICOS

- II Concurso Juiz do Trabalho Substituto - 16.ª Região (Membro-titular da 2.ª etapa)
- Concurso para ADVOGADO da UFMA (examinador da prova prática) – 12/06/96

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que renuncio ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato de membro do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como até 2 (dois) anos após o seu término.

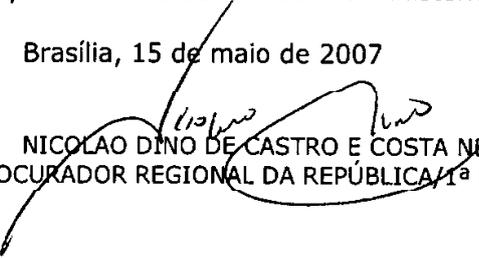
Brasília, 15 de maio de 2007


NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA/1ª REGIÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os fins de direito que não sou cônjuge, companheiro, parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de qualquer membro ou servidor do Ministério Público da União.

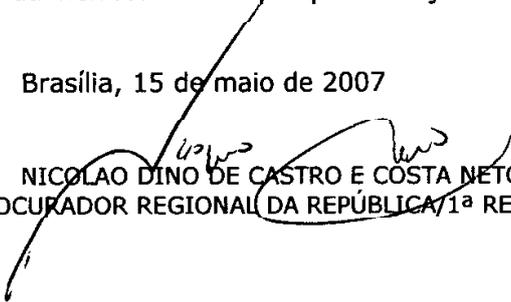
Brasília, 15 de maio de 2007


NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA/1ª REGIÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os fins de direito nunca haver sofrido qualquer sanção criminal ou de natureza administrativo-disciplinar. Declaro, outrossim, que no ano de 2006, foi instaurada sindicância contra mim no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal, a qual foi arquivada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público Federal em decisão sujeita a recurso. Declaro, finalmente, que a Corregedoria Nacional do Ministério Público e o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, já examinaram e julgaram os mesmos fatos retratados naquele procedimento, negando provimento a recurso da parte interessada e determinando o **arquivamento** do feito no Conselho Nacional do Ministério Público, em razão da inexistência de qualquer infração disciplinar.

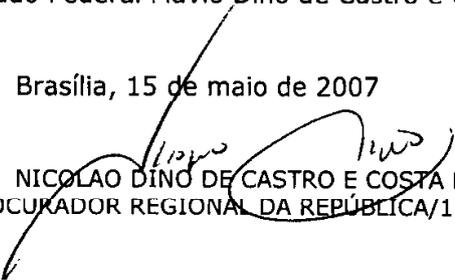
Brasília, 15 de maio de 2007


NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA/1ª REGIÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os fins de direito que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, tampouco cônjuge ou companheiro de membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Declaro, outrossim, que sou parente em linha colateral (irmão) do Deputado Federal Flávio Dino de Castro e Costa.

Brasília, 15 de maio de 2007


NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA/1ª REGIÃO

FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Nome D. João Roberto

Assinatura		
RG/Orgão Expedidor	CPF	243683/SS
SAO LUIS/MA	216.012.673-04	25/08/1963
Naturalidade	Data de Nascimento	
BRASILIA		
Nacionalidade		
RITA MARIA SANTOS DE CASTRO E COSTA		
SALVIO JESUS DE CASTRO E COSTA		
Filiação		
PROCURADOR REGIONAL DA REPUBLICA		
Cargo		
NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA		
Nome		

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Matrícula Nº	Expedida em	G. Sangüíneo/F. RH
135	28/07/2005	



É assegurado ao portador ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio; a prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente; porte de arma, independentemente de autorização; ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará a imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral, sob pena de responsabilidade; ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final; e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena; não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 da LC nº 75/93.

Procurador-Geral da República

Assinatura

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no DSF de 23 / 05 / 2007

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

(OS: 12661 / 2007)